

Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos e a extensão rural

A criação das bases do sistema ABCAR (1953-1958)

Felipe Loureiro
Universidade de São Paulo, Brasil

Lucas Guardiano
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo busca analisar o papel do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) – instituição de cooperação bilateral entre Brasil e Estados Unidos para o setor agrícola – para a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Por meio da análise de fontes oficiais norte-americanas, foca-se, em especial, na maneira pela qual técnicos norte-americanos e brasileiros utilizaram-se da experiência extensionista de Minas Gerais para construir um conjunto de associações de crédito e assistência rural estaduais e regionais no período 1954-1956, entre as quais as associações do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e da região Nordeste. O artigo concentra particular atenção na formação de pessoal especializado para temas relacionados a crédito e produção agrícola em centros de treinamento apoiados pelo ETA, notadamente o caso do centro de treinamento da Fazenda Ipanema, em São Paulo, buscando compreender o papel desses centros para o lançamento das bases iniciais das associações estaduais e regionais de crédito; e, conseqüentemente, para a estruturação da própria ABCAR em 1956.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, extensão rural, cooperação Brasil-EUA, Escritório Técnico de Agricultura, Guerra Fria

Introdução

O período pós-2ª Guerra Mundial marcou um momento crucial nos esforços de modernização da agricultura em países do então chamado Terceiro Mundo. A intensificação da disputa geopolítica global entre Estados Unidos e União Soviética, aliada à perspectiva de que seria possível controlar e acelerar o processo de desenvolvimento de diferentes sociedades, abriu espaço para uma série de iniciativas de Washington – e depois de Moscou – visando transformar a realidade material de países pobres, com particular centralidade para a questão da produção de alimentos (Escobar, 1995; Westad, 2005).

Autoridades governamentais e não-governamentais norte-americanas interpretavam, desde o entreguerras, a escassez de bens alimentícios básicos a preços acessíveis como um problema de segurança nacional para os Estados Unidos. Com o início da Guerra Fria, o tema tornou-se crucial. A distância entre uma população global cada vez maior, impulsionada por avanços em métodos profiláticos contra doenças infectocontagiosas, e a oferta mundial de alimentos, ainda muito aquém das necessidades calóricas e nutricionais de várias sociedades, era entendida como um fator potencial de instabilidade social, abrindo caminho



para transformações revolucionárias no Terceiro Mundo favoráveis a alinhamentos com o bloco soviético (Cullather, 2010: caps 1-2; Ekbladh, 2010: cap. 3).

Mesmo que no imediato pós-guerra Washington não tenha identificado a América Latina como uma área sob perigo estratégico iminente, a região foi objeto de importantes projetos de cooperação técnica e ajuda econômica no setor agropecuário, levados a cabo por agentes privados e oficiais norte-americanos. Iniciativa emblemática nesse sentido foi a criação, no Brasil, do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) em 1953. Surgido no âmbito do chamado Ponto IV – programa de cooperação técnica do governo Harry Truman para o Terceiro Mundo –, o ETA foi uma instituição bilateral entre Brasil e EUA, que reuniu recursos e pessoal de ambos os países, e que tinha como principal intuito lançar as bases da modernização da agricultura brasileira (Ekbladh, 2010: cap. 3; Fonseca, 1985; Mendonça, 2010a; Gomes, 2019: cap. 1).

Ao longo de sua existência, o ETA patrocinou inúmeros projetos para o setor agropecuário no Brasil, com destaque para as áreas de extensão e crédito rurais. O maior símbolo desse esforço foi a criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), fruto de quatro anos de trabalho do escritório de fomento a associações regionais (Fonseca, 1985; Oliveira, 2013: cap. 1). O ETA utilizou-se da experiência da primeira instituição de natureza extensionista surgida no Brasil: a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais, criada em 1948 a partir de um convênio entre o governo mineiro e a Associação Internacional Americana (*American International Association, AIA*) – agência privada sem fins lucrativos de Nelson Rockefeller (Wharton and Ribeiro, 1969; Fonseca, 1985; Mendonça, 2010a; Silva, 2013). A ABCAR representaria a consolidação, em nível nacional, do projeto extensionista iniciado por Rockefeller em Minas no final dos anos 1940, e que iria desembocar, nas décadas de 1960 e 1970, em várias instituições de pesquisa e extensão agrícolas no Brasil (Mengel, 2015: cap. 1; Zingler, 2020: cap. 3). Alguns estudiosos – como Sônia Mendonça (2010b: 204), por exemplo – vão além, afirmando que a reestruturação da educação rural brasileira promovida pelo ETA na década de 1950 teria sido fundamental para o lançamento de algumas das bases da chamada ‘Revolução Verde’ no país durante o regime militar (1964-1985), principalmente no que tange à incorporação de tecnologias e métodos de racionalização da gestão do campo, visando aumentar a produtividade agrícola nacional (Mendonça, 2010b: 204).

Apesar da importância da ABCAR para o projeto de modernização da agricultura brasileira, ainda há poucos estudos que se debruçaram sobre a iniciativa, especialmente sob a perspectiva do peso que o Escritório Técnico de Agricultura teve para o surgimento da Associação. O estudo de Maria Tereza Fonseca (1985), por exemplo – uma das referências obrigatórias sobre extensão rural –, tratou do papel do ETA de forma bastante sintética. O mesmo vale para os trabalhos de Pedro Oliveira (2013), que analisa as duas décadas de história da ABCAR (1956-1975), e o de Sônia Mendonça (2010a), focada no próprio ETA. Essas três contribuições, além de se basearem quase que exclusivamente em fontes oficiais brasileiras (com exceção da obra de Mendonça), interpretaram os esforços norte-americanos para a modernização da agricultura no Brasil a partir de interesses econômicos das classes empresariais de ambos os países, dando pouca atenção às preocupações estratégicas de Washington no Terceiro Mundo e, em especial, ao quanto a agricultura era entendida como elemento-chave para impedir a eclosão de revoluções em países pobres, abrindo espaço para penetração geopolítica soviética. Outros trabalhos focados no papel dos Estados Unidos para a modernização agrícola no Brasil, em que pesem suas contribuições, também trataram da experiência da ABCAR e do papel do ETA para a criação da associação de modo

limitado, como é o caso, por exemplo, da contribuição de Claiton Silva (2013) sobre a atuação da AIA de Rockefeller em projetos de cooperação técnica agrícola; e o estudo recente de Eunice e Rubens Nodari (2020) sobre a influência norte-americana no ensino, pesquisa e extensão rurais no Brasil.

Por meio da análise de fontes oficiais norte-americanas, este artigo procurará contribuir para a literatura sobre modernização agrícola no Brasil pós-guerra, analisando o papel que o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) teve nesse sentido entre 1953 e 1958, culminando na criação e estruturação inicial da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Destacaremos, em especial, a maneira pela qual técnicos norte-americanos e brasileiros utilizaram-se da experiência extensionista de Minas Gerais para construir um conjunto de associações de crédito e assistência rural estaduais ou regionais no período 1954-1956, entre as quais as do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e a da região Nordeste. Daremos particular atenção ao peso que a formação de pessoal especializado em determinados centros de treinamento, notadamente o centro de treinamento localizado na Fazenda Ipanema, em São Paulo, possuiu para lançar as bases iniciais dessas associações estaduais e regionais; e, conseqüentemente, para a estruturação da própria ABCAR em 1956.

Guerra Fria, Ponto IV e agricultura no Brasil

O processo de independência asiático do pós-guerra e a surpreendente vitória dos comunistas na guerra civil chinesa em 1949 tornaram a estabilidade de sociedades pós-coloniais tema prioritário para Washington. Com uma população crescente e um setor agrícola tradicional e de baixa produtividade, a Índia simbolizaria a preocupação norte-americana em contribuir, via ajuda econômica e cooperação técnica, para que sociedades e países do Terceiro Mundo pudessem enfrentar o desafio de oferecer mínimas condições de vida a suas populações, impedindo instabilidades políticas e sociais a serem exploradas pela União Soviética e aliados (Cullather, 2010).

O anúncio do chamado Ponto IV pelo presidente Harry Truman em 1949 ia exatamente ao encontro dessas preocupações. O Ponto IV representou a internacionalização do progressismo norte-americano do início do século XX, colocando no avanço da ciência e no desenvolvimento tecnológico as expectativas para resolução dos problemas da sociedade moderna, lançando mão de políticas públicas vistas como racionais e eficientes (Cullather, 2010; Ekbladh, 2010: cap. 3). A ideia, portanto, seria a de empregar todo o poderio técnico-científico norte-americano para solucionar as mais graves chagas sociais e econômicas do Terceiro Mundo, entre os quais a pobreza, a fome e as principais doenças infectocontagiosas. Por meio do Ponto IV, acordos de cooperação técnica e econômica seriam assinados com governos nacionais, privilegiando setores vistos como estratégicos para combater o chamado subdesenvolvimento, conceito que vinha ganhando força no pós-guerra e que, de certa forma, representava uma reatualização do discurso civilizatório empregado por potências imperialistas no século XIX (Cullather, 2000; Loureiro, 2020: cap. 1).

Mesmo que não tenha sido prioridade para o Ponto IV em comparação à Ásia e ao Oriente Médio, a América Latina também se enquadrava nessa perspectiva da necessidade de intervenções progressistas norte-americanas para solucionar problemas sociais da região. Aliás, a abordagem civilizatória/desenvolvimentista de Washington frente ao continente apresentava raízes de longo prazo, muito além do contexto da Guerra Fria, tendo se estruturado principalmente a partir do final do



século XIX, na esteira da guerra com a Espanha, resultando na formação de um império norte-americano no Caribe e no Pacífico (Schultz, 2018). A 2ª Guerra Mundial acelerou ainda mais esse processo. A centralidade da América Latina, enquanto produtora de matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra norte-americano, levou a diversas intervenções de Washington na região, visando aprimorar infraestrutura de transportes, comunicações e energia; aumentar a produtividade agrícola, extrativa e industrial; e garantir melhores condições de saúde para a população. Liderados por Nelson Rockefeller, neto do empresário fundador da maior empresa petrolífera norte-americana, a *Standard Oil*, esses projetos foram centralizados na Agência de Assuntos Interamericanos (*Office of Inter-American Affairs*, OIAA) do governo Franklin D. Roosevelt, tendo produzido diversos resultados de relevo, entre os quais projetos em atividades agrícolas responsáveis pela produção de matérias-primas, como o setor da borracha (Cramer and Prutsch, 2006).

Com o fim da guerra, vários governos latino-americanos – entre os quais o governo brasileiro, que manteve estreitos laços com Washington durante o conflito – tinham a expectativa de que esses projetos ambiciosos de modernização econômica não só continuariam, como seriam ampliados (Rabe, 1978; Hilton, 1981; Loureiro, 2019). No entanto, as preocupações de Washington no início da Guerra Fria estavam centradas na Europa, esvaziando qualquer esperança de que a região pudesse ser objeto de um amplo pacote econômico de ajuda (Loureiro, 2020: cap. 1). É nesse contexto que entidades filantrópicas não-governamentais, como a Associação de Assuntos Interamericanos (*American International Association*, AIA) de Rockefeller, lideraram iniciativas de cunho modernizador na América Latina, em especial no setor agropecuário, desenvolvendo projetos em parceria com governos locais, e baseando-se nas iniciativas feitas pelo OIAA durante a 2ª Guerra (Silva, 2009).¹ Um desses projetos foi fruto de cooperação com o governo de Minas Gerais, resultando na criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), uma das primeiras instituições do país com foco na disseminação de conhecimentos técnicos a produtores (extensão rural) e na oferta de crédito agrícola supervisionado, viabilizando a modernização de fazendas por meio da compra de equipamentos, insumos, e melhorias de infraestrutura (Wharton and Ribeiro, 1969).²

O crescimento econômico experimentado pelo Brasil pós-crise de 1929, puxado pela expansão do setor industrial, não foi acompanhado por um aumento no setor de produção de alimentos para o mercado interno, o que traria sérios problemas de abastecimento para regiões urbanas. Nos anos 1930 e 1940, a oferta de bens agrícolas para o mercado doméstico ficou bem abaixo do crescimento populacional (1,9% e 1,4% ao ano, em média, respectivamente) (Schuch, 1971: 61). Levando-se em conta, no entanto, a considerável expansão da população urbana e a elevação do nível de renda média da sociedade no período, percebe-se que os gargalos de oferta eram ainda mais significativos, algo perceptível na considerável inflação de alimentos no final da década de 1940 (Malan et al., 1977).

¹ Há uma longa tradição nos Estados Unidos de engajamento internacional de entidades não-governamentais sem fins lucrativos em áreas e/ou temas relacionados a objetivos estratégicos da política externa norte-americana. Os projetos liderados pela AIA na América Latina no pós-guerra encaixam-se nesse padrão. Ver, nesse sentido, Rosenberg (1980) e Cullather (2010).

² A 'Semana do Fazendeiro' de Viçosa, iniciada em 1929 com apoio da recém-criada Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), e que existe até hoje, estando atualmente em sua 91ª edição, pode ser considerada a primeira atividade regular de extensão rural do Brasil. Ver Cometti (2005: 134-146).

O caráter eminentemente extensivo da agricultura brasileira e a baixa densidade de capital presente no setor expressa, na pequena capilaridade de técnicas de conservação do solo, e no uso restrito de insumos e instrumentos agrícolas modernos – para além, evidentemente, do padrão histórico de concentração de terras, renda e riqueza no mundo rural – constituíam sérios entraves para o aumento da produtividade agrícola (Schuch, 1971: cap. 5).

Nesse sentido, iniciativas como a fundação da ACAR em Minas Gerais em 1948, mesmo que não estivessem focadas em lidar com obstáculos distributivos estruturais do campo brasileiro, sinalizavam respostas de ordem estratégica – e não apenas interesses econômicos de curto e médio prazos – sobre o problema da oferta insuficiente de alimentos para uma população em crescimento exponencial no Terceiro Mundo. Apesar disso, essas iniciativas eram muito limitadas; sua expansão na América Latina, e em um país continental como o Brasil em específico, dependiam do apoio oficial do governo norte-americano, o que, pelo menos até o final da década de 1940, ainda não tinha ocorrido.

O início da Guerra da Coreia em junho de 1950 e a possibilidade de eclosão de uma 3ª Guerra Mundial – tornada concreta principalmente a partir de novembro de 1950, quando a China comunista entrou no conflito – levam a uma revalorização imediata da América Latina por parte de Washington (Hilton, 1981). O recém-lançado programa de cooperação técnica norte-americana ao Terceiro Mundo, o Ponto IV, tornava-se, assim, um dos principais instrumentos de viabilização de projetos de ajuda para o continente (Ekbladh, 2010: cap. 3). O Brasil de Getúlio Vargas (1951-1954), visto por Washington como ativo importante para o esforço de guerra norte-americano, aumentou seu poder de barganha frente à Casa Branca, o que resultou na assinatura de vários convênios de cooperação técnica e ajuda econômica com os Estados Unidos, entre os quais acordos que culminaram na criação de uma Comissão Mista Brasil-EUA para Desenvolvimento Econômico (CMBEU), formada em 1951, e da qual surgiu, entre outros resultados institucionais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES (Gomes, 2019).

Além do CMBEU, outros convênios sob a alçada do Ponto IV foram acordados entre Brasil e EUA na década de 1950. Foi nesse âmbito que, em junho de 1953, acordou-se a criação do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), base dos projetos que permitiria a disseminação, em vários estados e no âmbito nacional, do modelo extensionista iniciado pela AIA de Rockefeller em Minas Gerais no final da década de 1940.³ É sobre essa iniciativa de cooperação no setor agropecuário e as associações de crédito e assistência rural apoiadas pelo ETA que nos debruçaremos na próxima seção.

O Escritório Técnico de Agricultura e as bases do sistema ABCAR, 1953-1958

O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) brasileiro-norte-americano foi uma agência de cooperação bilateral, formada por técnicos e recursos norte-americanos e brasileiros, subordinada tanto ao Ministério da Agricultura do Brasil, quanto à

³ Acordo entre o governo dos Estados Unidos do Brasil e do governo dos Estados Unidos da América para a Execução de um Programa de Cooperação Agrícola, 26 de junho de 1953, internalizado nas normas federais pelo decreto legislativo nº20, 08 de maio de 1956. Ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-20-8-maio-1956-350617-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 29/10/2021).



missão norte-americana responsável por projetos do Ponto IV no país, notadamente a sua divisão de agricultura (*Agricultural National Resources*, ANR).⁴

Apesar de contar com recursos e infraestrutura próprios, o ETA era uma espécie de organização guarda-chuva de várias instituições brasileiras pré-existentes com foco no setor agropecuário, e não uma entidade que agia de forma independente. Conforme aponta Raub Snyder, diretor da ANR, em relatório de outubro de 1955 à Administração para a Cooperação Internacional (*International Cooperation Administration*, ICA), quando da criação do ETA, o Brasil possuía um emaranhado de instituições públicas e privadas que compartilhava de objetivo semelhante: contribuir para aumentar, melhorar e diversificar a produção agropecuária brasileira. O problema, dizia Snyder, é que muitas dessas agências ou tinham jurisdições sobrepostas ou apresentavam foco regional e/ou temático (de um ou mais produtos agrícolas) muito específico, o que tornava a missão de agricultores e pecuaristas interessados em obter assistência uma tarefa hercúlea. O ETA surgia, assim, com a missão de ser uma agência de canalização das energias desse intrincado conjunto de órgãos, institutos, departamentos e conselhos agrícolas espalhados por vários cantos do território nacional.⁵

O ETA estruturava-se a partir da demanda de grupos e entidades do setor agropecuário brasileiro, governamentais ou não, dos níveis municipal, estadual ou federal. Qualquer entidade tinha a prerrogativa de acionar o Escritório, separadamente ou em cooperação com outras instituições, solicitando patrocínio a determinado projeto. Caso o projeto fosse aprovado, assinava-se um contrato, no qual se estabelecia em detalhes não apenas prazos e condições de implementação, mas, sobretudo, a contribuição financeira e de pessoal do ETA e das entidades propositoras para a concretização da iniciativa.

Em seus cinco primeiros anos, de junho de 1953 a maio de 1958, o ETA aprovou um total de 48 projetos agropecuários, divididos em quatro grandes áreas: (1) educação e pesquisa, que envolvia apoio a institutos, colégios e faculdades já existentes ou em formação, responsáveis por pesquisa de base; (2) conservação, que se referia à irrigação e drenagem de solos; (3) produção, que abarcava todo tipo de implementação de melhorias nas técnicas de cultivo de diferentes produtos agropecuários, tais como cacau, milho, batata, leite, carne de vaca e frango; e, por fim, (4) extensão, que dizia respeito a formas de transmissão do conhecimento gerado por institutos de pesquisa e centros de treinamento diretamente para o agricultor.⁶

Apesar de a maior parte dos projetos aprovados pelo ETA no período 1953-1958 ter correspondido aos campos de educação/pesquisa (33%) e de produção (31%), autoridades norte-americanas enfatizavam que a extensão constituía uma das áreas menos desenvolvidas no Brasil.⁷ Por isso, projetos de extensão, mesmo que tivessem abarcado um número menor de iniciativas – 12 projetos ao total,

⁴ Terminal Report A-563, Rio de Janeiro to the International Cooperation Administration (ICA), 13 October 1955, TOICA A-501 to A-600, Box 4, Mission to Brazil, Office of the Director, Airgrams and Telegrams, 1953-1958 (a seguir MBOD 1953-1958), Record Group (a seguir RG) 469, National Archives and Records Administration, College Park, MD (a seguir NARA): 1-3.

⁵ Terminal Report A-563, 13 October 1955, NARA: 4-5.

⁶ Idem: 3.

⁷ Ibidem: 4



equivalente a 25% das atividades patrocinadas pelo ETA no quinquênio 1953-1958 –, acabaram se tornando carros-chefes do trabalho do escritório.⁸

Essa diretriz de apoio à extensão é visível desde o início da formação do ETA. O segundo projeto da história do escritório, firmado no final de 1954, tinha exatamente como objetivo auxiliar na criação de uma associação de extensão e crédito – semelhante aos moldes da ACAR de Minas Gerais – para os estados do nordeste brasileiro. Tratava-se da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). A ANCAR surgiu do resultado da cooperação de diversas instituições federais e regionais, entre as quais os Ministérios da Agricultura e da Educação, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, para além da própria AIA de Rockefeller. Como o ETA ainda estava em estruturação no período, devido a atrasos do repasse de verbas do governo brasileiro, a entidade não entrou como uma das instituições fundadoras da ANCAR, apesar de ter se comprometido a oferecer assistência técnica, material e financeira à nova organização.⁹

A primeira entidade extensionista brasileira sobre a qual o ETA exerceu claro papel de liderança foi a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), criada em julho de 1955 no Rio Grande do Sul (projeto ETA n° 11).¹⁰ Da mesma forma que no caso da associação nordestina (ANCAR), a ASCAR nasceu do resultado de esforços de entidades federais (Ministério da Agricultura) e estaduais (Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul), mas com forte participação também de empresários locais dos setores bancário, industrial, comercial e agropecuário, como no caso do produtor rural e diretor do Banco Mercantil do estado, Kurt Weissheimer.¹¹ É de se destacar que, em contraste com a ANCAR do Nordeste, onde a entidade filantrópica de Nelson Rockefeller (a *American International Association*, AIA) atuou como uma das entidades fundadoras, nesse caso a AIA não teve qualquer participação formal. Quem fez o papel de coordenação da iniciativa rio-grandense foi o próprio Escritório Técnico de Agricultura, o que denota um aspecto de menor dependência do ETA (o que não significa completa separação, como veremos adiante) frente à experiência extensionista mineira da ACAR, ligada à entidade de Rockefeller.¹²

Depois de ajudar na criação da associação extensionista do Nordeste (ANCAR), e de liderar o surgimento da sua congênera no Rio Grande do Sul (ASCAR), o ETA coordenou a criação de mais três entidades estaduais: a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACAR-PR, projeto ETA n° 15, janeiro de 1956); a de Santa Catarina (ACARESC, projeto ETA n° 17, março de 1956); e a do Espírito Santo (ACARES, projeto ETA n° 17, maio de 1957).¹³ Da mesma forma como a

⁸ Contribuições acadêmicas que discutem o papel do ETA para a modernização agrícola brasileira baseadas em fontes brasileiras também salientam a centralidade da extensão para o escritório. Ver, por exemplo, Nodari e Nodari (2020: 312).

⁹ O acordo que criou o ETA previa contribuição de Cr\$ 14 milhões do governo brasileiro (\$175 mil dólares por parte dos norte-americanos) até o final do primeiro ano do escritório. No entanto, o governo brasileiro só terminaria de depositar a sua parte em novembro de 1954. Em junho de 1955, a administração Café Filho fez seu segundo grande depósito ao ETA, no valor de Cr\$ 40 milhões, complementado por \$ 300 mil dólares por parte dos Estados Unidos. Ver Monthly Report A-563, 13 October 1955, NARA: 1-2.

¹⁰ Idem: 14.

¹¹ Monthly Report A-1745, Rio de Janeiro to ICA, 10 May 1956, TOICA A-1701–1800, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA:3. Posteriormente, Weissheimer assumiria a vice-presidência da ABCAR na fundação da instituição. Ver Oliveira (2013: 49)

¹² Ibidem: 6-7.

¹³ Para ACAR-PR, ver Monthly Report A-1158, Rio de Janeiro to ICA, 2 February 1956, TOICA A-1101 to A-1200, Box 5: 3-4; para ACARESC, ver Monthly Report A-1513, Rio de Janeiro to ICA, 2 April 1956, TOICA A-1501 to A-1600, Box 9: 2-3; para ACARES, ver



sua congênere rio-grandense, essas associações congregaram diversas entidades oficiais e da sociedade civil – notadamente do empresariado – cujos esforços foram reunidos, formal ou informalmente, sob a coordenação do ETA.¹⁴

A perspectiva de assistência por trás de todos esses projetos – e que, de certa forma, estava na raiz da concepção do próprio Ponto IV de Truman, mantido sob a administração Dwight Eisenhower (1953-1961) – era a de que a ajuda norte-americana a países do Terceiro Mundo só seria transformadora se contasse com a participação e a contribuição diretas de atores locais. Ou seja, se os próprios entes que precisavam de cooperação não estivessem dispostos a ajudar a eles mesmos (*self-help*), não haveria como a assistência do Ponto IV ser eficiente. Isso ficava claro não apenas na questão da participação de entidades da sociedade civil nessas associações, mas no fato de que atores locais eram colocados como os principais responsáveis financeiros para a própria manutenção do projeto.

A contribuição financeira do ETA às associações de extensão estaduais era feita em proporção semelhante à dos demais membros fundadores, tendendo a diminuir ao longo do tempo, a fim de garantir que os projetos não ficassem dependentes dos recursos do escritório no longo prazo. No caso das três associações sulistas, por exemplo, como pode ser visto na Tabela 1, a contribuição financeira inicial do ETA em cruzeiros foi idêntica àquela depositada pelos demais membros fundadores; só no caso da Associação nordestina, da qual o Escritório não participou formalmente, a contribuição local foi bem superior à do ETA.

Associação	Região/Estado	Data criação	ETA		Outras entidades (Cr\$ milhares)
			U\$ 1.000	Cr\$ milhares	
ANCAR	Nordeste	16/02/1954	12	250	700
ASCAR	Rio Grande do Sul	07/07/1955	30	800	800
ACAR-PR	Paraná	30/01/1956	30	1.600	3.000
ACARESC	Santa Catarina	01/03/1956	44	1.600	2.000
ACARES	Espírito Santo	08/05/1957	-	-	-
ABCAR	Nacional	21/06/1956	-	-	22.000

Tabela 1: Contribuição do ETA às associações de crédito e assistência rural, 1954-1956, milhares de cruzeiros e milhares de dólares¹⁵

No início de 1957, tendo apoiado a criação de uma associação regional (Nordeste), liderado a criação de três associações estaduais (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), e estando próximo à construção de uma quarta entidade estadual (Espírito Santo), o ETA foi além, e coordenou esforços para a criação de uma

TOICA A-2043, Rio de Janeiro to ICA, 17 June 1957: 1. Todos os documentos em MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

¹⁴ No caso da ACAR-PR, entidades empresariais (federação de industriais, associação comercial, associação de cafeicultores, entre outras) participaram informalmente da criação do projeto. Ver Monthly Report A-484, Rio de Janeiro to ICA, 05 October 1955, TOICA A-401 to A-500, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 3-4. Para um trabalho que discute a experiência da ACARESC em Santa Catarina, notadamente do seu programa de Clubes 4-S, ver Silva (2002).

¹⁵ Fontes: para a ANCAR, ver: Monthly Report A-563, 13 October 1955, NARA p. 6 e 13; ASCAR, ver Monthly Report A-147, Rio de Janeiro to ICA, 05 August 1955, TOICA A-101



associação extensionista de âmbito nacional: a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR, projeto ETA n° 31, março de 1957). Apesar de ter tido um início modesto, a ABCAR acabaria por influenciar toda uma geração de agrônomos, técnicos e agricultores do país, enfatizando a importância da disseminação de técnicas modernas de produção para o campo brasileiro. Indiretamente, essa influência culminaria na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, cuja meta seria a de aprimorar ainda mais a produtividade agrícola brasileira. Em fevereiro de 1975, a própria ABCAR seria ressignificada, transformando-se em empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Assistência Técnica (Embrater) (Duarte, 2018: 74-76; Zigler, 2020: 94-96).¹⁶

Tal como as experiências anteriores do ETA, a ABCAR nasceu da coordenação de esforços de várias agências e instituições, entre as quais o próprio Escritório Técnico de Agricultura, em claro papel de liderança, a AIA de Rockefeller, e a Confederação Brasileira de Agricultura (CRB) – uma das principais entidades patronais do setor agrícola brasileiro à época.¹⁷ Rockefeller e o então diretor norte-americano da ACAR-MG, Walter Crawford, chegaram a interceder no início de 1956 junto ao recém-empossado presidente Juscelino Kubitschek para que o governo federal apoiasse a construção de uma associação nos moldes da ACAR-MG em nível nacional, modelo com o qual Kubitschek havia tido contato durante seu período como governador do estado de Minas Gerais, entre 1951 e 1955 (Oliveira, 2013: 38). Entre as entidades fundadoras da ABCAR, incluíram-se as associações estaduais de extensão recém-criadas – ANCAR do Nordeste, ASCAR do Rio Grande do Sul, e representantes das associações do Paraná, de Santa Catarina e mesmo do Espírito Santo (esta última ainda em formação).¹⁸ Um ano após sua criação, em abril de 1958, a ABCAR daria um salto qualitativo considerável por meio de acordo firmado entre o ETA

to A-200, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, p. 4; ACAR-PR, ver Monthly Report A-1158, 2 February 1956, NARA, p. 3 e 4; ACARESC ver Monthly Report A- 1513, 10 April 1955, NARA, p. 2-3; ACARES, ver Monthly Report A-2043, 17 June 1957, p. 1; e ABCAR, ver Monthly Report A-41, Rio de Janeiro to ICA, 09 June 1956, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA p. 1. Para a data de criação da ANCAR, ver <https://www.ematerce.ce.gov.br/institucional/> (acessado em 23 de dezembro de 2020).

¹⁶ Criada no governo Ernesto Geisel (1974-1979) por intermédio do decreto n° 75.373 de 14 de fevereiro de 1975, a Embrater seria extinta 15 anos depois pelo governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), a partir do decreto n° 99.192 de 16 de março de 1990. Ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75373-14-fevereiro-1975-423956-publicacaooriginal-1-pe.html>;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99192.htm (acessado em 14/12/2020). Vale destacar que as associações estaduais foram denominadas como Empresas de Assistência Rural e Extensão Rural (Emater). Assim, a ACAR e ASCAR, por exemplo, transformaram-se nas Emater-MG e Emater-RS, respectivamente, mantendo até hoje a extensão rural como principal instrumento de assistência rural. Para informações sobre a Emater-MG e Emater-RS, ver, respectivamente:

https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/ha-70-anos-a-emater-mg-estimula-o-desenvolvimento-sustentavel-da-agropecuaria-mineira/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=22977; e

<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.YXa-A57MLIU> (acessados em 20/07/2021).

¹⁷ Por motivos que não ficam claros a partir da análise das fontes da ANR, o setor ruralista de São Paulo, representado principalmente pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), não se interessou em fazer uma associação de crédito e assistência rural nos moldes da ACAR.

¹⁸ Monthly Report A-1653, Rio de Janeiro to ICA, 23 April 1955, TOICA A-1601 to A-1700, Box 9, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 3

e o Serviço Social Rural (SSR), o qual garantiu à entidade recursos financeiros regulares para os cinco anos seguintes (1958-1963).¹⁹ Dado que o SSR era administrado, em grande parte, pela classe patronal (a CRB elegia metade dos membros de seu conselho), o acordo de abril de 1958 mostrou que a classe de fazendeiros e agropecuaristas havia decidido apoiar o projeto da ABCAR de forma significativa, o que consolidaria a associação, nos anos seguintes, como a principal entidade extensionista do país.²⁰

A criação da ABCAR no final da década de 1950, acompanhada do fortalecimento das associações em nível estadual, também pode ser lida como uma tentativa de resposta por parte da administração Kubitschek no sentido de buscar melhorar a qualidade de vida no campo e a produtividade das unidades rurais no país, sem tratar, porém, de questões sensíveis para as entidades patronais rurais brasileiras, principalmente o tema da redistribuição de terras, que ganharia contornos bem mais conflitivos no início da década de 1960 durante o governo João Goulart. Como se sabe, no entanto, dado o foco imprimido pela administração Kubitschek no tema da industrialização nacional, as iniciativas relativas à agricultura e à pecuária, por mais que não possam ser desconsideradas, também não se mostrariam capazes de atacar satisfatoriamente o problema da oferta de alimentos para os principais centros urbanos do país, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, que experimentariam diversos episódios de escassez alimentícia e aumento de preços de bens de primeira necessidade nesse período (Ioris, 2012).²¹

Em 1958, portanto, apesar de muitas das associações estaduais de extensão ainda não terem sido criadas (elas o seriam entre os anos 1960 e meados da década de 1970, completando-se o processo com a transformação do chamado sistema ABCAR em Embrater em 1975), a base do sistema de extensão e crédito rural brasileiro já havia sido lançada pelo ETA. Na próxima seção do artigo, analisaremos como o Escritório Técnico de Agricultura contribuiu para essa institucionalização, com ênfase no papel dos técnicos do ETA e dos centros de treinamento para as primeiras associações estaduais do país.

Unidade na descentralização: técnicos, centros de treinamento e as bases do sistema ABCAR

A garantia de que o sistema de associações estaduais de extensão e crédito rural criado pelo ETA no Brasil de meados dos anos 1950 seria autossustentável dependia

¹⁹ A exemplo do Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social Rural (SSR), criado pela lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955, era uma autarquia federal subordinada ao Ministério da Agricultura e financiada com contribuições de atividades extrativas e agropecuárias. Entre suas finalidades, destacavam-se a prestação de 'serviços sociais no meio rural' (art. 3, I) e a promoção da 'aprendizagem e (do) aperfeiçoamento das técnicas de trabalho' (art. 3, II). Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12613.htm (acessado em 14/12/2020).

²⁰ Monthly Report A-2015, Rio de Janeiro to ICA, 29 May 1958, TOICA A-2001 to A-2100, Box 13, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 1

²¹ Para além da extensão e crédito supervisionado, o armazenamento de grãos foi outro foco de atuação dos projetos do ETA, o qual não financiava obras em si, mas auxiliava em estudos e planejamento para a construção de silos no noroeste do estado de São Paulo e no estado de Pernambuco. Ver: Monthly Report TOICA A-1363, Rio de Janeiro to ICA, 08 March 1956:5. O incremento do armazenamento de grãos e construção de silos foi um dos objetivos específicos do programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. Ver Lafer (2002: cap.3).



não apenas do compromisso de atores locais – governamentais e não-governamentais – em assumir crescentes encargos financeiros para manutenção dessas instituições, mas também da disponibilidade de pessoal técnico qualificado para liderar atividades de extensão no longo prazo. Para tal, o elemento chave estaria no treinamento de um núcleo básico de profissionais brasileiros capaz de levar adiante o trabalho extensionista para seus respectivos estados. E nisso os técnicos brasileiros e norte-americanos do Escritório Técnico de Agricultura tiveram um papel primordial, especialmente por meio do trabalho desenvolvido nos chamados centros de treinamento do ETA.

O mais importante desses centros de treinamento foi o da Fazenda Ipanema, localizada no atual município de Iperó, em São Paulo, próximo à cidade de Sorocaba. O local da fazenda é o mesmo da criação da primeira indústria de ferro da América Portuguesa, a Real Fábrica de Ferro São José do Ipanema, fundada em 1810 (Loureiro, 2008: cap. 1; Oliveira and Carvalho, 2017). Com o fechamento da fábrica no final do século XIX, o local tornou-se propriedade do Ministério da Guerra do Brasil, tendo se transformado em quartel e depósito. Foi apenas no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas que, em 1937, terreno, propriedades e benfeitorias seriam transferidos para o Ministério da Agricultura, tornando-se centro de treinamento agrícola, com ênfase em testes de sementes e maquinário.²² Um dos primeiros projetos do ETA (projeto nº 6, fevereiro de 1955), feito em colaboração com o próprio Ministério da Agricultura, foi o de adaptar e modernizar Ipanema, transformando-a no chamado CETER (Centro de Treinamento) – o principal núcleo de capacitação técnica para os projetos de extensão do escritório no Brasil. Sendo propriedade do governo federal, o centro de Ipanema – mesmo estando localizado no estado de São Paulo – não apresentou, pelo menos nesse período, relações diretas com grupos de interesse rurais paulistas.²³

A Associação Sulista de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), do Rio Grande do Sul, em particular, teve seu capital humano inicial totalmente formado em Ipanema.²⁴ Dois meses após a criação da entidade em julho de 1955, o primeiro grupo de agrônomos e técnicas em economia doméstica (*home economic workers*) da ASCAR – 32 profissionais ao total – chegou em Ipanema para fazer um curso de três meses, de setembro a novembro de 1955, tendo três focos: extensão rural, crédito agrícola e economia doméstica.²⁵ Depois do curso, a turma participou de um treinamento intensivo de quatro semanas na ACAR de Minas Gerais (MG), em Belo Horizonte, com o intuito de entender como funcionava, na prática, a estrutura

²² Decreto-lei nº 69, 15 de dezembro de 1937. Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-69-15-dezembro-1937-344831-publicacaooriginal-1-pe.html> (acessado em 19/12/2020).

²³ O ETA entrou com Cr\$ 2,8 milhões e 50 mil dólares para o projeto do CETER, enquanto a Divisão de Fomento de Produção Vegetal (DFPV) do Ministério da Agricultura, com Cr\$ 10,2 milhões. Ver Terminal Report A-563, 13 October 1955, NARA: 13.

²⁴ Apesar do ETA também ter estruturado centros de treinamento no Rio Grande do Sul, essas iniciativas foram mais difusas, não tendo sido exclusivamente voltadas à ASCAR. Destacaram-se nesse sentido os centros para treinamento em conservação do solo, no município de Carazinho, e de processamento de leite junto ao Instituto Agrônomo do Sul (IAS), em Pelotas, ambos concebidos em 1955. Para Carazinho, ver: Monthly Report A-307, Rio de Janeiro to ICA, 06 September 1955, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 4; para o IAS, ver: Terminal Report A-563, Rio de Janeiro to ICA, 13 October 1955, TOICA A-501 to A-600, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

²⁵ Havia uma clara divisão de gênero entre os dois tipos de profissionais treinados em Ipanema para as associações de extensão: agrônomos tendiam a ser homens; enquanto técnicas em economia doméstica, somente mulheres. Ver Monthly Report A-484, 05 October 1955, NARA: 5-6.



organizacional e o trabalho de extensão da associação mineira junto a produtores rurais do estado.²⁶

Em relação ao papel desempenhado pela ACAR-MG na formação dos primeiros agrônomos e técnicos da associação rio-grandense, mostra-se que a AIA de Nelson Rockefeller – entidade que liderou a criação da associação mineira no final dos anos 1940 –, apesar de não ter entrado formalmente na ASCAR como um dos seus membros fundadores, foi importante para o desenvolvimento da associação extensionista no Rio Grande do Sul, seja em razão da experiência prática que os profissionais gaúchos formados em Ipanema tiveram em Minas Gerais, seja devido ao próprio fato de a ACAR ter se constituído em verdadeiro modelo de associação para as demais entidades estaduais criadas sob liderança do ETA.²⁷

A espelho da associação de extensão mineira, a ASCAR rio-grandense e as associações criadas posteriormente pelo escritório, como a do Paraná, a de Santa Catarina e a do Espírito Santo, estruturavam-se em torno de dois eixos institucionais: um escritório central, localizado na capital do estado, incumbido de planejar e administrar as atividades mais gerais da entidade; e escritórios locais, responsáveis por manter contato direto com as famílias do campo, respondendo às suas demandas e levando a essas famílias conhecimentos sobre agricultura, crédito e economia doméstica, além de executar diretrizes e projetos aprovados pelo escritório central.²⁸

Os escritórios locais da ACAR mineira – assim como o seria para a associação rio-grandense e para as demais entidades extensionistas criadas pelo ETA na década de 1950 – apresentam, no mínimo, dois profissionais: um agrônomo (ou técnico agrícola, na falta de agrônomos), e uma técnica em economia doméstica. Entende-se, assim, o porquê de a primeira turma de profissionais da ASCAR formados no CETER da Fazenda Ipanema no final de 1955 ter contado com especialistas nessas duas áreas, os quais, ao retornar para o Rio Grande do Sul, ficariam responsáveis, eles próprios, por treinar a primeira turma local de agrônomos e técnicas em economia doméstica a ser empregados nos dez primeiros escritórios locais da ASCAR no estado.²⁹

O princípio por detrás dessa estrutura institucional, embasando os conteúdos básicos ministrados em Ipanema para os primeiros profissionais das associações, era o da indissociabilidade das áreas de extensão, crédito e economia doméstica (Wharton/Ribeiro, 1969). Em outras palavras: os conhecimentos modernos levados ao produtor pela extensão rural, tais como uso de sementes e fertilizantes; conservação do solo; irrigação e drenagem; instrumentos de cultivo; e infraestrutura para estocagem e distribuição de produtos – e que, em última instância, visavam diversificar a produção e, sobretudo, aumentar a produtividade agrícola das

²⁶ Monthly Report A-730, Rio de Janeiro to ICA, 10 October 1957, TOICA A-701 to A-800, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

²⁷ Os representantes norte-americanos do ETA e da AIA chegariam a se reunir em 1956 para estabelecer uma parceria formal no Brasil que fosse além da troca de conhecimentos e de experiências feitas através da ACAR-MG e de Viçosa. Contudo, os compromissos financeiros e logísticos inicialmente firmados acabaram não sendo concretizados, o que inviabilizaria o acordo entre as instituições. Ver: Monthly Report TOICA A-1363, Rio de Janeiro to ICA, 08 March 1956, TOICA A-1301 to A-1400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

²⁸ A ACAR-MG tinha também escritórios regionais, que faziam o elo entre os escritórios locais e o escritório central da organização. Com exceção da associação nordestina (ANCAR), as entidades estaduais desse período iniciaram seus trabalhos apenas com escritórios locais. Ver Wharton and Ribeiro (1969).

²⁹ Monthly Report A-307, Rio de Janeiro to ICA, 06 September 1955, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 4



unidades rurais –, estavam umbilicalmente ligados à capacidade de esse produtor administrar com eficiência o capital recebido mediante crédito para investir em benfeitorias agrícolas. Essa aptidão, por sua vez, também dependia da competência de tanto o produtor quanto a sua família entenderem-se enquanto unidade econômica, produtora de bens e serviços (alguns dos quais não-comercializáveis, mas básicos para a própria existência dessa unidade familiar, como serviços domésticos); e detentora de determinada renda, mas com obrigações junto a terceiros (crédito). Seria exatamente essa consciência que daria a possibilidade de famílias rurais viabilizarem sua reprodução e solvência no longo prazo.

Em que pese essa visão contábil, os cursos de economia doméstica de Ipanema não continham apenas ensinamentos sobre administração financeira.³⁰ Cursos sobre crédito supervisionado, onde conteúdos financeiros tendiam a ser discutidos com maior profundidade, eram ministrados a outros profissionais, provavelmente agrônomos, mas não a mulheres.³¹ No caso de economia doméstica, a perspectiva era mais ampla, envolvendo sobretudo a administração do lar, a fim de garantir o bem-estar social – físico e mental – dos membros da unidade familiar. No curso oferecido em Ipanema às profissionais da ASCAR, por exemplo, entre os temas abordados destacavam-se técnicas de costura, cozinha e lavagem de roupa; saúde básica e cuidado infantil; melhorias no ambiente doméstico, como armazenamento de produtos e segurança do lar; e recreação e relações familiares.³²

Vê-se, portanto, que a perspectiva que informaria o trabalho dos escritórios locais das associações era muito mais ampla do que simplesmente a de passar conhecimentos sobre técnicas e instrumentos agrícolas modernos ao produtor rural. Ao contrário, junto com a extensão mais ligada a técnicas e equipamentos do campo vinha também a perspectiva de que a oferta de crédito, especialmente para produtores pouco integrados à economia de mercado, deveria ser acompanhada de uma supervisão sobre como usar esse empréstimo, para além do princípio de que a mulher da unidade familiar deveria saber administrar o lar, garantindo a saúde física e mental do produtor e de seus filhos, indo desde o preparo alimentar adequado e a lavagem correta de roupas e utensílios a cuidados elementares de higiene e saúde e o bom manejo das relações familiares.

Além de ter formado a primeira turma de técnicos da associação rio-grandense (ASCAR), o CETER da Fazenda Ipanema desempenhou papel semelhante para as associações do Paraná e, ao que tudo indica, também para a de Santa Catarina. No caso da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACAR-PR), o treinamento da primeira turma da entidade ocorreu entre março e maio de 1956, com a participação de 26 profissionais, sendo 15 agrônomos e 11 técnicas em economia doméstica.³³ Logo após o término do curso para a ACAR-PR, iniciou-se, em junho de 1956, outro ciclo de três meses de treinamento em Ipanema, desta vez para 32 profissionais – 15 agrônomos e 22 técnicas em economia doméstica. O

³⁰ Sobre ensinamentos de administração financeira da unidade doméstica, ver Terminal Report A-728, Rio de Janeiro to ICA, TOICA A-701 to A-800, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 2.

³¹ Dizemos provavelmente porque a documentação não é clara sobre quem fazia os cursos sobre crédito supervisionado. Ver Monthly Report A-307, 06 September 1955: 4 e Monthly Report A-484, 05 October 1955, NARA: 5.

³² Monthly Report A-484, 05 October 1955, NARA: 5; Terminal Report A-728, Rio de Janeiro to ICA, TOICA A-701 to A-800, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 2.

³³ Diferentemente dos da sua congênere rio-grandense, ao que parece os profissionais da ACAR-PR não passaram por um treinamento de quatro semanas, de natureza prática, na ACAR-MG, após o curso de três meses realizado em Ipanema. Ver Monthly Report A-1936, Rio de Janeiro to ICA, 07 June 1956, TOICA A-1901 to A-2000, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 1.



relatório mensal da divisão de agricultura da missão norte-americana do Ponto IV não diz claramente se os profissionais dessa terceira turma pertenciam à associação catarinense (ACARESC); aponta apenas que ‘estudantes (vieram) principalmente de Santa Catarina, mas alguns também (vieram) do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo’.³⁴ Dado que a ACARESC havia acabado de ser criada (projeto ETA n° 17, março de 1956), e tendo em vista que os profissionais das entidades do Rio Grande do Sul e do Paraná tinham sido formados em Ipanema quase de forma consecutiva – entre dois a três meses após a fundação das respectivas entidades –, é razoável supor que os estudantes dessa terceira turma fossem, em sua maioria, os membros iniciais que formariam a base da associação extensionista catarinense.³⁵ A Fazenda Ipanema continuaria a oferecer diversos cursos de treinamento no final da década de 1950. Tudo leva a crer, por exemplo, que a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) também teve seus primeiros profissionais formados ali, apesar de a documentação não ser específica quanto a isso.³⁶

O caso da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) é distinto dos anteriores. A entidade nordestina tinha um centro de treinamento próprio na região Nordeste: a chamada Fazenda Tapera, antigo Engenho São Bento. Localizado no distrito de Tapera, município de São Lourenço da Mata, Pernambuco (atual região metropolitana de Recife), o Engenho São Bento foi adquirido em 1914 por monges beneditinos para se transformar em uma escola de agricultura e veterinária. Em 1936, o engenho foi estatizado pelo governo estadual, tornando-se base para a formação da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (Almeida, 2018). Dois anos depois, porém, com a aquisição de uma segunda fazenda pelo governo estadual no distrito de Dois Irmãos, em Recife, a Escola foi transferida para a nova localidade, mantendo-se em Dois Irmãos até hoje.³⁷

Em 1954, quando da criação da ANCAR, o Engenho São Bento já era conhecido como Fazenda Tapera. Com a assistência do ETA, buscou-se convertê-la em centro de treinamento para os profissionais da ANCAR.³⁸ Alguns documentos da divisão de agricultura norte-americana mencionavam inclusive a expectativa de transformar Tapera na ‘Fazenda Ipanema do Nordeste’.³⁹ Entre março de 1956 e março de 1957,

³⁴ Monthly Report A-41, Rio de Janeiro to ICA, 09 June 1956, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 5.

³⁵ Idem.

³⁶ Entre julho de 1956 e abril de 1958 realizaram-se seis cursos em Ipanema. No entanto, os relatórios não trazem informações sobre alunos participantes. Sabe-se, porém, que alguns técnicos da ACARES foram formados na Universidade de Viçosa em janeiro de 1958, também sob guarda-chuva de projeto do ETA. Os relatórios também não nos informam, infelizmente, sobre programa de ensino e currículo ministrados em Ipanema; há apenas uma listagem geral de atividades realizadas pelos técnicos norte-americanos do ETA, que já foram descritas anteriormente. Ver Terminal Report Monthly Report TOICA A-1367, Rio de Janeiro to ICA, 08 March 1956, TOICA A-1301 to A-1400, Box 3: 1. Os cursos oferecidos em Ipanema no período 1956-1958 estão contidos em vários relatórios; por motivos de espaço, não podemos citá-los em sua totalidade. Um exemplo está no Monthly Report A-1540 Rio de Janeiro to ICA, 13 March 1958, TOICA A-1501 to A-1600, Box 12, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 3.

³⁷ Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda, Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escagvetoli.htm> (acessado em 21/12/2020).

³⁸ Monthly Report A-1323, Rio de Janeiro to ICA, 08 March 1956, TOICA A-1301 to A-1400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 5.

³⁹ Trip Report, A-1437, Rio de Janeiro to ICA, 28 March 1956, TOICA A-1401 to A-1500, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 4.



houve pelo menos quatro cursos de treinamento oferecidos na Tapera por técnicos do ETA, tendo resultado na formação de, no mínimo, 86 profissionais.⁴⁰ Tal como no caso dos cursos em Ipanema, o foco estava em extensão rural, crédito e economia doméstica. A partir de 1958, porém, por motivos que a documentação não esclarece, Tapera deixou de ser o centro de treinamento do ETA para os profissionais da ANCAR, transferindo-se essa função para a Escola Superior de Agricultura em Dois Irmãos, Recife, já incorporada, à época, à Universidade Rural de Pernambuco.⁴¹

Apesar de os profissionais da ANCAR terem se formado em centros de treinamento distintos dos membros das demais associações do Sul e do Sudeste, a abordagem teórica e prática que embasou esses ensinamentos foi semelhante. Isso porque os técnicos norte-americanos responsáveis pelos cursos de extensão rural, crédito supervisionado e economia doméstica nos centros do ETA, especialmente em Ipanema, viajavam frequentemente para outros centros, entre os quais Tapera, oferecendo os mesmos cursos. A técnica norte-americana Dorothy Elisabeth Williams, por exemplo, uma das principais responsáveis pelo curso de economia doméstica em Ipanema, e que formou turmas encarregadas de treinar profissionais para os escritórios locais das associações do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, também viajaria a Tapera em março de 1956, figurando como a principal responsável pelas aulas de economia doméstica para as profissionais da ANCAR.⁴² O mesmo se pode dizer de vários outros técnicos norte-americanos das áreas de extensão rural e crédito supervisionado, que mantinham responsabilidades semelhantes em cursos ministrados em Ipanema e Tapera.⁴³

Isso indica que, apesar de o extensionismo brasileiro ter se iniciado de forma descentralizada do ponto de vista institucional, por meio da criação de associações regionais (ANCAR no Nordeste) e estaduais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), na prática o ETA acabou funcionando como um verdadeiro unificador dessas experiências associativas, não apenas por ter apoiado diretamente cada uma delas, mas, sobretudo, pelo fato de os centros de treinamento construídos pelo ETA – em particular o da Fazenda Ipanema em São Paulo – terem lançado a base de profissionais que depois ficariam responsáveis por formar o capital humano dessas associações em seus respectivos estados.⁴⁴

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), ao surgir em 1956, estruturou-se sobre um alicerce de associações estaduais que, apesar de institucionalmente descentralizadas, compartilhavam de um substrato comum, expresso pela mesma perspectiva de extensão e crédito rurais, moldada pelos técnicos do ETA nos centros de treinamento do escritório.

⁴⁰ Dizemos no mínimo porque não temos informação sobre o número de estudantes para dois desses quatro cursos. Ver Trip Report, A-1437, 05 October 1955, NARA, p. 4; Monthly Report A-1653, 23 April 1957, NARA: 3.

⁴¹ Monthly Report A-2015, Rio de Janeiro to ICA, 29 May 1958, TOICA A-2001 to A-2100, Box 13, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 2.

⁴² Monthly Report A-1513, 10 April 1955, NARA: 9-10.

⁴³ Ver, por exemplo, o caso do agrônomo Dale Hoecker em Monthly Report A-1653, 23 April 1957, NARA: 2-3 e Teminal Report A-1376, Rio de Janeiro to ICA, 02 February 1958, TOICA A-1301 to A-1400, Box 12, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA: 3-5.

⁴⁴ No caso da ANCAR, esse modelo regional seria desmembrado em ‘ANCAR estaduais’, a fim de captar recursos e suporte dos estados. O primeiro caso foi a criação da ‘ANCAR do Rio Grande do Norte’ em janeiro de 1958. Para o desmembramento da ANCAR ver: Monthly Report TOICA A-1367, 07 February 1958, NARA : 1.



Conclusões

O crescimento populacional acelerado e as condições insuficientes de oferta de alimentos no Terceiro Mundo foram dois elementos-chave que levaram os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, a se preocupar com o futuro de países pobres e recém-independentes, vistos como focos potenciais de instabilidade social e política – e, conseqüentemente, prováveis alvos geopolíticos de Moscou. O lançamento do Ponto IV pela administração Truman em 1949 buscou exatamente dar condições para que nações do Terceiro Mundo pudessem enfrentar dilemas socioeconômicos por meio de ajuda econômica e cooperação técnica, dentro dos parâmetros da economia de mercado e a partir de uma perspectiva reformista. Como não poderia deixar de ser, a agricultura figurou como carro-chefe dos programas resultantes do Ponto IV norte-americano.

Apesar de a América Latina não ter sido considerada prioridade por Washington no contexto inicial da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a dedicar maior atenção ao continente na década de 1950, ainda que essa atenção tenha sido muito inferior àquela que Washington daria à região como resultado da Revolução Cubana de 1959. O Brasil, como o maior país latino-americano, assinou no período um conjunto de acordos de ajuda econômica e cooperação técnica com os Estados Unidos no âmbito do Ponto IV, entre os quais o acordo que deu origem ao Escritório Técnico de Agricultura (ETA) brasileiro-norte-americano em 1953, cujo foco seria o de coordenar projetos relacionados à modernização da agricultura nacional, visando diversificar cultivos e aumentar a produtividade agrícola.

O ETA atribuiu grande prioridade a projetos sobre extensão e crédito rurais, especialmente à criação de entidades extensionistas nos estados, nos moldes da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Cinco entidades surgiram entre 1954 e 1957 com apoio direto do ETA, entre as quais as associações do Nordeste (ANCAR), Rio Grande do Sul (ACAR), Paraná (ACAR-PR), Santa Catarina (ACARESC) e Espírito Santo (ACARES). Reunindo órgãos governamentais e não-governamentais dos níveis estadual e federal, entre os quais empresários de vários setores econômicos, as associações de extensão e crédito surgiram a partir de uma perspectiva de autoajuda (*self help*). Isso significava que atores locais deveriam desempenhar papel fundamental, inclusive do ponto de vista financeiro, para a manutenção dessas entidades, mesmo que, inicialmente, a estruturação das associações dependesse bastante do apoio do ETA – em si, financiado conjuntamente pelos governos brasileiro e norte-americano.

Foi com base nessas associações estaduais que o ETA estruturou, em 1956, uma entidade extensionista nacional, a ABCAR, a qual contribuiria, nas décadas seguintes, para disseminar a perspectiva da importância da modernização agrícola brasileira, concretizada especialmente na criação da Embrapa em 1972 e na transformação do próprio sistema ABCAR em empresa pública de assistência e crédito rural, a Embrater, em 1975. Diferentemente do que se poderia imaginar, porém, a ABCAR não resultou de um aglomerado de associações de extensão estaduais pouco conexas entre si. Ao contrário, este artigo mostrou que as entidades estaduais criadas pelo ETA, para além de serem coordenadas pelo escritório e de terem seguido modelo extensionista iniciado pela ACAR em Minas Gerais, tiveram a base dos seus profissionais formada em centros de treinamento do próprio ETA, notadamente o CETER da Fazenda Ipanema em São Paulo. Mostramos como as primeiras turmas de agrônomos e de técnicas em economia doméstica dessas associações foram formadas em tais centros pelos mesmos professores – sempre sob a coordenação de técnicos norte-americanos, mas com participação de brasileiros –, seguindo uma perspectiva que entendia extensão, crédito e economia

doméstica como um tripé indissociável a fim de transformar a família rural em uma unidade econômica autônoma, financeiramente solvente, e saudável (física e mentalmente) no longo prazo.

Por mais que os projetos do ETA no âmbito de extensão e crédito rurais não tenham, nem de longe, resolvido os problemas e desigualdades estruturais do campo brasileiro, e mesmo que não seja possível extrair conclusões de natureza causal entre as iniciativas do ETA e a melhora de oferta agrícola no Brasil na década de 1950 (que, de fato, ocorreu, mesmo que em proporção insuficiente para conter as tensões sociais que desaguiariam no início dos anos 1960 no país), o fato é que não é possível entender a natureza do sistema nacional de extensão e crédito rural surgido no Brasil nesse período sem levar em consideração as iniciativas do ETA e, dentro dela, o papel dos técnicos e autoridades norte-americanas do Ponto IV.

Referências

- Almeida, Argus. 2018. “O ensino no período beneditino (1912-1936) na Escola Superior de Agricultura São Bento.” *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica* 15 (1): 61-76.
- Cometti, Ellen. 2005. “A extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926-1948.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Cramer, Gisela; Prutsch, Ursula. 2006. “Nelson A. Rockefeller’s Office of Inter-American Affairs (1940-1946) and Record Group 229.” *Hispanic American Historical Review* 86 (4): 785-806.
- Cullather, Nick. 2000. “Development? It’s history.” *Diplomatic History* 24 (4): 641–653.
- Cullather, Nick. 2010. *The hungry world: America’s Cold War against poverty in Asia*. Cambridge and London: Harvard University Press.
- Duarte, Jorge. 2018. *Prosa com Eliseu: entrevista a Jorge Duarte*. Brasília: Embrapa.
- Ekbladh, David. 2010. *The great American mission: modernization and the construction of an American world order*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Fonseca, Maria Tereza. 1985. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola.
- Gomes, Nathalia. 2019. “Mapping United-States-Brazil technical cooperation in the early Cold War years: the case of the joint Brazil-United States Economic Development Commission (1951-1953).” Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo.
- Hilton, Stanley. 1981. “The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship.” *The Journal of American History* 68 (3): 599-624.
- Ioris, Rafael. 2012. “Fifty years in five’ and what’s in it for us? Development promotion, populism, industrial workers and *carestia* in 1950s Brazil.” *Journal of Latin American Studies* 44 (2): 261-284.
- Lafer, Celso. 2002. *JK e o Plano de Metas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Loureiro, Felipe. 2008. *As origens da indústria no Brasil*. São Paulo: LCTE.
- Loureiro, Felipe. 2019. “A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea.” Em *Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*, editado por Jorge Ferreira e Lucília Delgado, 179-206. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Loureiro, Felipe. 2020. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: UNESP/FAPESP.
- Malan, Pedro; Bonelli, Regis; Abreu, Marcelo; Pererira, José Eduardo. 1977. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- Mendonça, Sônia. 2010a. “Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961).” *Tempo* 15 (29): 139-165.
- Mendonça, Sônia. 2010b. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EDUFF.

- Mengel, Aléc. 2015. “Modernização da agricultura e pesquisa no Brasil: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.” Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Nodari, Eunice; Nodari, Rubens. 2020. “Entre interferências, imposições e negociações: influência norte-americana no ensino, pesquisa e extensão na agricultura brasileira (século XX).” Em *As ciências na história das relações Brasil-Estados Unidos*, editado por Magali Sá, Dominichi Sá e André Felipe da Silva, 305-323. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ.
- Oliveira, Franciely; Carvalho, Aline. 2017. “A fábrica de ferro São João do Ipanema: disputas patrimoniais e constituição das políticas ambientais no Brasil.” Em *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, 24 a 28 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489523889_ARQUIVO_AFABRICADEFERROSAOJOAODOIPANEMA__ANPUH_orig.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.
- Oliveira, Pedro. 2013. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF.
- Rabe, Stephen. 1978. “The elusive conference: United States economic relations with Latin America, 1945-1952.” *Diplomatic History* 2 (3): 279-294.
- Rosenberg, Emily. 1980. *Spreading the American dream: American economic and cultural expansion, 1890-1945*. New York: Hill and Wang.
- Schoultz, Lars. 2018. *In their own best interest: a history of the U.S. effort to improve Latin Americans*. Cambridge and London: Harvard University Press.
- Schuh, Edward. 1971. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC.
- Silva, Claiton. 2002. *Saber, sentir, servir e saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Silva, Claiton. 2009. “Agricultura e cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961).” Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Silva, Claiton. 2013. “Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development.” *Historia, Ciências, Saúde – Manguinhos* 20 (4): 1695-1711.
- Westad, Odd. 2005. *The global Cold War: Third World interventions and the making of our times*. New York: Cambridge University Press.
- Wharton, Clifton; Ribeiro, José. 1969. “The ACAR Program in Minas Gerais, Brazil.” Em *Subsistence agriculture and economic development*, editado por C. Wharton, 424-437. Aldine: Transaction Publishers.
- Zingler, Karine. 2020. “Ambiente institucional e mudança na pesquisa agropecuária no Brasil: a institucionalização da Embrapa.” Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.